

men-  
arecam "lin-  
que agrade a

...vem casal se queixava de que  
...de 4 anos havia destrócio um  
...tástico trem elétrico. A criança não  
teve culpa de quebrar o trem, necessita-  
va fazê-lo. Quando martela um prego  
tudo sucede "dentro dele", mas quando  
observa a corrida do trem elétrico, tudo  
está sucedente "dentro do trem"; por  
isto a criança necessita abri-lo para ver  
"o que é que passa". Se as crianças re-  
cebem brinquedos superiores ao seu de-  
senvolvimento ou correspondente a eta-  
pas superadas, não terão nenhum inter-  
esse em brincar com eles.

Outra causa para que as crianças  
não brinquem é a falta de segurança.  
Pode ser produzida pelas duas razões  
citadas: a crianças tem medo de tirar  
seus brinquedos porque não há espaço  
para colocá-los ou porque não sabe usá-  
los (são impróprios); quando, apesar  
de resolvidos estes problemas, a insegura-  
rança persiste, há a necessidade de  
consultar um psicólogo.

**PELA SEGURANÇA INFANTIL**  
Temos de esforçar-nos para que a  
criança recupere a sua segurança e o-  
doemos ajudá-la, precisamente com seus  
brinquedos. A criança lhe agrada nos-  
sa ajuda e a aceita. O que pode não  
agradá-la e também não convém, é que  
"façamos-lhe" as coisas. Elas sentem  
falta da "sua experiência".

Quando construímos uma torre de  
pedras de madeira e uma criança de 2  
anos a derrubará imediatamente, é  
que o que lhe interessa não é a "con-  
strução" da torre, mas sua "constru-  
ção"; ela mesma, depois de levantá-la,  
a derrubará para tratar de erigi-la no-  
vamente.

Sempre sentimos a tentação de aj-  
udar mais do que a criança precisa e  
de fazer as coisas por ela. Os resultados  
são uma criança caprichosa, acostumada  
a dizer "faça-me" e a não fazer nada  
por si própria; ou pode crescer uma  
criança complexada porque nunca pôde  
fazer nada tão bem como os adultos.

Muitas vezes, este é o defeito do  
nosso julgamento sobre pinturas ou tra-  
balhos das crianças. Entendemos que a  
criança pensa que desenhou um avião  
ou uma árvore e a elogiamos; não é  
uma mentira, é um bom desenho de  
acordo a suas capacidades infantis. Evi-  
tamos dizer "Não assim não se faz, vou  
desenhar um avião de verdade". Neste  
caso, não estamos ajudando, mas lan-  
çando um novo dado de insegurança.  
Nossa tentativa é colaborar com a  
criança, não mostrar-lhes nossas quali-  
dades.

Exatamente, este é o motivo que  
deve levar-nos a permitir-lhe que gan-  
he alguma competição conosco ou di-  
zer-lhe que o que fez é superior. É ne-  
cessário que a criança veja que pode  
fazer "algo" melhor que o adulto. É um  
bom caminho para que adquira segun-  
rança. Há pessoas que se preocupam  
porque suas crianças não sabem usar  
bem seus brinquedos. Deram todas as  
instruções e elas se sentam sobre o ca-  
minhãozinho de madeira, em vez de pu-  
xá-lo tranquilamente com um coração  
Os pais sentem medo de que isto se  
deve a torpeza. Mas, na verdade, as  
crianças não usam mal os brinquedos:  
só a nós parece que é assim; mas, o  
mundo da criança é o produto de uma  
imaginação, que não se deixa encerra-  
pelas regras do mundo adulto.

## Equipamento datasaab para hospitais dos EE.UU.

Estocolmo (SIP) — Uma encomenda  
no valor de US\$ 730 mil, compreendendo  
um aparelho de raios-X/TV, acaba de ser  
colocada pelos EE.UU. junto à Datasaab,  
membro do grupo sueco Saab-Scania.

Serão fornecidos oito sistemas equipa-  
dos com câmaras para filmes de raios-X de  
100x100 mm e 6 Multiplane, estes de vital  
importância para os cirurgiões ortopédicos,  
por permitirem localizar pontos invisíveis,  
tais como os do interior ósseo.

Os EE.UU. já encomendaram, desde  
1972, 17 unidades — 15 das quais com equi-  
pamento de câmaras — e 7 sistemas Multi-  
plane. Outras encomendas foram colocadas  
pela Espanha, Japão, Inglaterra e Irlanda  
do Norte.

## Alimentos e população

CIMPEC-OEA — Bogotá — Representan-  
tes de 85 países assinaram a Declaração  
sobre População e Alimentos, entregue ao  
secretário-geral das Nações Unidas, onde  
exortam os governos a adotarem medidas  
apropriadas e realistas para enfrentar a  
crise mundial de alimentos e reclamam o  
apoio conjunto de organismos internacio-  
nais, instituições públicas e privadas na  
luta para erradicar a miséria.

Um dos firmantes, o presidente do  
Banco Interamericano do Desenvolvimento,  
Antonio Ortiz Mena, recordou suas de-  
clarações feitas no Chile, na XV Reunião  
de Governadores do BID: "Devemos asse-  
gurar que nossa produção agropecuária não  
só abasteça normalmente as necessidades  
da região, mas também contribua a saldar  
o déficit de alimentos que tão gravemente  
afeta a outras regiões do mundo".

Nix... "impeachment" na  
Câmara... representantes, que, se apro-  
vado será referendado ou não pelo Senado.  
Na história da república norte-americana,  
até agora, apenas um presidente esteve às  
voltas com esse processo: Andrew John-  
son, em 1868. A Câmara aprovou o impe-  
dimento, mas o Senado, por um voto, sal-  
vou-o dessa situação.

O maior problema num julgamento  
desse tipo é manter a isenção de ânimo dos  
juizadores, todos eles envolvidos em ativi-

est...  
recome...  
da pela...  
dos Represe...  
não só no povo...  
até mesmo em or...  
internacio-  
nais.

A opinião pública, que vinha se em-  
polgando com a campanha desencadeada  
contra Nixon, deve, agora, depois dos dois

## RETROSPECTIVA CAMPINEIRA

# CITAR PARA SITUAR - 2

Jorge Antonio JOSE

Meus pacientes leitores já devem ter no-  
tado que por mais de uma vez atirnei não me  
agradar ser desmancha prazeres — um vício  
que não se é de perdoar nem mesmo a cronis-  
tas (não historiadores) como eu. Por isso,  
compreenderão, igualmente que minha afirma-  
tiva de que Campinas não foi fundada em 1774  
não tem propósitos nem provocadores nem jo-  
cosos, como se verá. Ainda assim, a despeito de  
me convencer desse fato, não vejo inconveni-  
ente em que se estabeleça um critério oficial  
de comemoração, lamentando apenas persistam  
as gerações dos nossos dias em abrir mão de  
mais alguns aninhos para se contar a efetiva  
existência de Campinas como povoado, ou po-  
voação palavras sancionadas de longa data no  
discurso histórico da latidude portuguesa  
(viz. Viterbo, Elucidário, A. Herculano, H. de  
Portugal), seja em termos de administração rei-  
nol, (1767), seja porque o povoamento da área  
já se efetivava de boas décadas anteriores. E  
tenha-se, ainda, o fato colocado nos dois sen-  
tidos que a presença humana destacava nesses  
casos, no significado do vocábulo: povoar dizia  
tanto o ato de morar, habitar (e assim povoa-  
dor não era este nem aquele, era cada um) co-  
mo dizia ato de rotear a terra; cultivá-la, a bem  
dizer. Porque só assim deixava a terra de ser  
erma (ou herdada) quando não devoluta (nes-  
te caso, por retomada). E se não temos, ainda,  
uma data anterior a 1767 com mais claras de-  
finições, embora não possamos deixar de lado  
todos os procedimentos de pedidos de sesmar-  
rias, já nos alvares do século 18 (e principal-  
mente os documentos que indicam algumas de  
través, como nascimentos e casamentos de de-  
scendentes de Barreto Leme, pelo menor), a evi-  
dência de lugar, bairro, povoado é de ser con-  
statada nesse ano, ainda que os recenseamentos  
(v. M. Mirim) já fossem efetivos em 1766 (co-  
mo um dos atos do Morgado, cumprindo ordens  
régias). Diga-se desde já que não reivindicoo  
datas; observo apenas que se, pelos predica-  
mentos da época, um povoado (ou povoação)  
não pode ser tido só por isso como o nascimento  
oficial da futura vila, porque não lhe era dado  
vida própria, assim também não se poderá acei-  
tar seja reconhecida uma freguesia, que não  
era, observadas as mesmas condições. Sobre  
este particular, que representa um elemento de  
real importância para o esclarecimento das  
contraditórias afirmações de fundação, ainda  
discorrerei com maior largueza, numa outra  
oportunidade. Por enquanto, destaco, para efei-  
to de aceitarmos tenha se constituído fregue-  
sia em Campinas em 1774.

Para tanto, socorro-me de parte do texto  
da provisão para a construção de uma igreja,  
passada pelo Dr. Antonio de Toledo Lara, em  
seu nome e no do Bispo da Diocese, sem selo  
deste, ex-causa pela simples razão de o Frei  
Manoel da Ressurreição não haver ainda toma-  
do posse do Bispado, o que só ocorreu no ano  
seguinte, isto é, 1774) atuando, portanto, aque-  
le, como governador da Sé vacante:

... com cláusula de .. a Igreja...  
não ser benta e aprovada sem primeiro ser  
aprovada, aliás sem primeiro se determi-  
nar e constituir congrua suficiente para o  
Reverendo Pároco que servir a dita Igreja  
e fábrica dele." (Passado aos 13 de jan-  
eiro de 1773 e se verá, posteriormente,  
que além destas e outras exigências ecle-  
siásticas, priorizavam-se as do âmbito  
reinól, sem o que não teriamos, por então,  
como não tivemos, freguesia constituída.  
E veremos, ainda, que a licença concedida  
pelo Bispo, no ano seguinte, não trata de  
freguesia. Tanto quanto aquela famosa or-  
dem do Morgado, de fundação etc., esta  
licença do Bispo tratava de outra coisa,  
como se verá, oportunamente, quando te-  
rei ocasião de salientar, em detalhes, as  
exigências para a criação (e ereção) de  
freguesia, e bem assim a constatação de  
que tal não ocorrera, até 1774 e mais  
anos.)

Até lá, temos ainda muito que caminhar,  
pois, como venho insistindo, Campinas deixou  
de ser um núcleo progredido, muitos anos  
antes daquele de sua pretendida fundação, por  
circunstâncias que envolvem acontecimentos  
de vulto, relacionados com o reino, e até mesmo  
com a situação internacional, contando-se da  
últimas décadas do século 17 e começo do 18  
quando era D. Pedro II o rei de Portugal. A  
bem dizer, nos prenúncios daquela fantástica  
"corrida do ouro", que nada tem a ver com no-  
velas de televisão.

Por ora, tratemos de outra matéria, em  
particular, de dois pontos que precisam ser  
repisados, senão para definitivas soluções, ao  
menos para ficar bastante claro o meu enten-  
der a respeito deles:

1.º — Campinas não foi "fundada" nem  
nasceu por acaso, ainda que se persista, em  
certos setores, nessa afirmativa. Em verdade,  
também, seu aparecimento não foi nem orde-  
nado e menos ainda pre-ordenado. Seu surgi-  
mento se operou como consequência de um  
curso de penetração, traçado como condição de

interesses objetivos e também dos efeitos de  
ondas concêntricas de vivência periférica, pro-  
jetadas, aquelas, de póios populacionais nitida-  
mente definidos, quase que formando um qua-  
drilátero, postados nos seus ângulos, em ordem  
decrecente de influência, Jundiá, Atibáia,  
Mogi-Mirim, Itú. De longa data, já nos primór-  
dios, pelo menos, no século 13, todo aquele ter-  
ritório vinha sendo palmilhado (é exemplo a  
sesmaria de Amador Bueno da Veiga, nas bar-  
ranças do Atibáia dentro das cordenadas da fu-  
tura estrada de Goiás, e isso em 1704 e ainda  
em 1707, o que terei oportunidade de detalhar),  
e não se constituía, não mais, seião. E se não  
se tratava de uma concentração de vivência  
era, inevitavelmente, área de vizinhança, que  
por força de imperativos da época teria de se  
transformar em "povoação de roça", passo pre-  
vio dos povoados urbanos nos territórios  
que não tenham sido adrede preparados, na  
vasta selva selvática brasileira. Se não teve  
motivações maiores nas primeiras décadas da  
quele século (sem nos esquecermos da zorra  
administração reinol, toda ela voltada para o  
archo fiscal), não podia refugir, a área que  
nos diz respeito, das ações convergentes que re-  
sultaram da detonação do "rusi", aurífero, de  
que a estrada (ou caminho, diga-se melhor) foi  
condição "sine qua" e todos os fenômenos dela  
consequentes, como a chamada paragem (pois  
Campinas, já por esse termo, era mais que  
"pouso", como pretendem alguns estudiosos), e  
as fazendas e serviços que se foram estabele-  
cendo no seu percurso, de que as sesmarias nos  
dão conta e nos permitem as interpretações.  
Fazendas e serviços que diziam de alimária de  
aluguer, muda de tropa, vitualhas, sem que se  
possa, realmente, falar de pousada, ainda que  
um ou outro viandante pudesse por ali per-  
noitar ou mesmo demorar, em ranchos levanta-  
dos pelos sesmeiros ou mandados levantar  
por ordem, sem conta, da coroa. Se considerar-  
mos que o caminho de Goiás, nesse território,  
devia ligar-se a outros, vicinais, ligando-o as vi-  
las próximas, de um lado Itú e de outro Atibáia  
(e Jaguarí por certo), podemos traçar um pa-  
norama geográfico que nos coloca diante dos  
olhos da imaginação um mapa no qual pelos  
lados de Jundiá, aparecem, S. Ana do Parnaíba,  
S. Paulo e Juqueri, e logo mais adiante, o  
rio Capivari, o Salto, Itú e lá mais distante  
Aranitaguaba (Porto Feliz), tendo como nervo  
condutor o encachoeirado Tietê; e pelos lados  
de Atibáia, ao longo do rio do seu mesmo no-  
me, (Sousas, Anhumas) pontando-se um pou-  
co mais longe o Guaçu, com Mogi dos Campos  
que dizemos Mirim. Se levarmos em conta que  
para os lados que abrangem Jundiá e Itú, cir-  
cundando a área de Campinas ainda constava o  
Pirapitingui, então teremos de convir que de  
Atibáia, descendo pelo rio e palmilhando todo  
esse território, até chegar-se a Juqueri (tendo  
na outra ponta S.A. de Parnaíba e seus ar-  
redores em direção à capital) e daí a S. Paulo,  
de S. Paulo a Guarulhos, que por sua vez se  
abria, de um lado para descer ao Vale do Pa-  
raíba e de outro para Mairiporã e daí a A-  
tibáia, então a imagem que podemos visualizar  
e dela as conclusões, é de que toda essa área, já  
nos começos do século 18 se integrava, e-  
videnciando constante presença humana, ainda que  
o mató grosso, que era mais do que um, pois  
sabemos daquele do Capivari também no ter-  
ritório de Jundiá, indicasse sectionamento, que  
mais se multiplicava pelos morros (ou serras  
como dizem) ai presentes. O que se não pode  
negar é que havia uma vivência, e representa-  
da esta por elementos de entrelaçada parentela,  
cada vez mais numerosa, motivando o surgi-  
mento de núcleos que, comprovadamente, fo-  
ram transformando o "facies" da região. Infe-  
lizmente, porém, por razões que ainda serão  
examinadas, foi intermitente a febre de desen-  
volvimento que já se prenunciava nos começos  
daquele século, com largarias bem acentuadas,  
cada vez em maior número depois das ocorrên-  
cias dos "emboabas", e em graus mais elevados,  
em seguida à consumação da separação de ca-  
pitânicas (primeiro Minas, e anos mais tarde M.  
Grosso e Goiás). Uma separação que mais deve  
ser denominada "amputação de S. Paulo",  
que esse, na realidade, o objetivo intencional-  
mente elaborado, de uma política e de adminis-  
tradores reinóis, de que é figura-mor Gomes  
Freire de Andrade. Tudo isso ainda teremos  
oportunidade de particularizar, na sequência  
destas crônicas. Tendo-se transformado em  
trajeto — e trajeto de segunda linha, porque  
outras estradas se abriam, por óbvias razões —  
S. Paulo arrastou nessa sua inanição todos os  
núcleos que participavam de seu território so-  
brado, sofrendo maiores males e efeitos mais  
profundos justamente aqueles setores de menor  
expressão populacional, dentre os quais esta-  
va o chamado Mato Grosso das Campinas. Não  
foi o acaso que lhe deu surgimento e nem foi  
o acaso que lhe ditou compasso de espera na  
senda do progresso, foram atos humanos. E  
se a segunda parte poderá parecer uma espécie  
de castigo generalizado, o povoamento, que não  
foi acaso, não foi também um ato de prepo-

Nixon, como bom lutador, sabe que  
tem que enfrentar a situação, mas inega-  
lmente tem sofrido muitas contrarieda-  
des. Até mesmo Andrew Johnson, o pri-  
meiro presidente a sofrer a ameaça do  
"impeachment" não enfrentou tantos  
aborrecimentos.

Emp 2.1.10.2.2

tência — um confinamento ditatorial, como  
quer sugerir Oliveira Vianna e assim o endos-  
sam aqueles que lhe citam as perigosas genera-  
lizações. Sim, porque Oliveira Vianna preten-  
de transformar toda as povoações surgidas por  
aqui como outras tantas Iguatemi, como se  
o projeto do Morgado de Mateus para essa pra-  
ça forte (assim mesmo não se todo ditatorial-  
mente estabelecida) pudesse iluminar os pro-  
pósitos de tantos outros povoadores (sob moti-  
vações diferentes todos eles, diga-se de passa-  
gem) e mesmo por um extraordinário poder de  
regressão ou retroatividade. Realmente: bem  
antes, muito antes dos maldadeiros recrutamen-  
tos, muitas povoações se estabeleceram nestes  
Brasís — e justamente só depois que se estabe-  
leceram é que a coroa pôde e conseguiu im-  
plantar ordenanças e forças auxiliares. E ain-  
da que delas (das povoações saíssem os recrui-  
tas — saiam, e não eram para elas levados),  
ou ficavam como parte das responsabilidades  
do governo — ninguém ignora que os forais —  
ou as cartas de povoamento ou, ainda, as car-  
tas régias, quando estabeleciam as condições  
para a formação dos núcleos — fossem povoa-  
ções, fossem freguesias, fossem vilas — nunca  
deixaram de fazer constar um "medicinal-  
mente" povoador: a isenção do serviço militar,  
pelo menos por tres anos, a todos que deles par-  
ticipassem, independente de idade ou condição.  
E' preciso, urgentemente, refazer, na passagem  
que diz a isso respeito, o volume I das famo-  
sas Instituições Políticas Brasileiras, do sr. Oli-  
veira Vianna. Nem havia benemerência por  
parte da coroa para com seus pro-consules, por-  
que se tratava de obediência a determinantes  
ordens régias — resultado de uma ondulada  
política administrativa. E quanto a propositos  
urbanísticos, é remendo de última hora, que  
nunca poderá representar uma política consi-  
meira imperante nos varios nossos seculos de  
colina. Para se provar a apressada conclusão  
do sr. Oliveira Vianna quanto a castigo pelo  
recrutamento do que se originava a povoação,  
basta termos em mente a mesma provisão do  
Morgado a Barreto Leme — as garantias do  
"não recrutamento" estão ali, em todas as le-  
tras. E nem se tratava de ordem régia de fun-  
dação:

"... e lhes concedo o privilégio de  
que dentro em tres anos não serão cha-  
mados para soldados, assim desta Praça  
como de Auxiliares e Ordenanças, nem  
serão ocupados em outro algum serviço,  
ou emprego alheio da sua vontade." (E o  
famoso bando passado a 27/5/1774 — ain-  
da que ai esteja se traído o Morgado, ao  
denominar Praça ao pretendido povoa-  
mento, o que terei oportunidade, igual-  
mente, de analisar.

Um outro ponto que precisa ficar definiti-  
vamente esclarecido pois certos autores con-  
tinuam repetindo o engano quanto à data da  
sesmaria pedida pela vez primeira Antonio da  
Cunha de Abreu, aquela celebre pela qual ele  
batiza Campinas. Apontam esses autores  
como sendo 1726. Não é. E nem podia ser, pois  
o governador que aparece como tendo assina-  
do essa concessão, Antonio da Silva Caldeira  
Pimentel — que o foi "sem caráter de capitão-  
geral" — só passou a governar a capitania de-  
pois de 8 de março de 1727 — No entantp. é  
bem possível que Antonio da Cunha de Abreu  
tenha pedido sesmaria em 1726 — aliás com  
maiores razões — embora nada se saiba a esse  
respeito: — antes de ser designado Pimentel  
para substituir, restritivamente, ao governa-  
dor efetivo e capitão-general Rodrigo Cezar de  
Meneses, que se encontrava temporariamente  
nas Minas de Goiás, e Mato Grosso, "ficou en-  
carregado (do governo da capitania) o governo  
da Câmara, o paulista Domingos Rodriguez da  
Fonseca Leme, coronel do Regimento das Or-  
denanças Auxiliares", parente daquele sesmei-  
ro, bem como de Barreto Leme (como veremos,  
quando das crônicas do parentesco, que já re-  
feri, quando pretendo elucidar varias dúvidas,  
inclusive a presença de Cunha de Abreu na  
área, seja "in persona", seja por esses mesmos  
parentescos).

Bibliografia — (Advirto aos leitores que  
as referencias bibliograficas, que ao final de  
minha excursão serão amplias e detalhadas,  
nem sempre representam a opinião dos auto-  
res, tratando-se muitas vezes de citações de  
terceiros, endossados ou não):

- Elucidário — 2.º vol. — Viterbo
- H. de Portugal — A. Herculano — 4.º vol
- Historia da Fundação de Campinas (Subsídios). — Teodoro de Sousa Campos Jr. — in. Monograf Histórica
- De Como veio a Fundar-se Campinas — Julio Mariano, in. Noticia Bibliografica e Histórica (Transcrição) N. 54
- Como Nasceu Campinas — Paulo Mangabeira Alberaz — (2 rocapés — Correio Popular — 20/27/74)
- Informação s/ Minas de S. Paulo — Pedro Taques, pag. 157

de  
par  
liza  
fun  
exer  
Dese

milli  
crito  
era  
sob  
e um  
mirá  
conc  
xe d  
fiel  
últim  
vel  
bibli  
va s  
lhosa  
literá  
esgot  
mult  
toda  
peça  
Antã  
de ra  
tudo s  
mesti

o P  
eram  
taram  
látim  
de cor  
cés, o  
vários  
discret  
e sens  
mente  
nal er

Se  
tiça d  
na ma  
acima  
res tão  
ferindo  
silêncio,  
aclama

Esc  
aliar ao  
um estil  
te. Sua  
parece i  
cursos q  
lhidos",  
rento", p  
cias Let  
1912; "T  
ferida na  
médica d  
tro de G  
"Ruy Bal  
outros.

Aliás,  
admiraçã  
orador de  
saber, cult  
Rui Pouc  
tudaram e  
insigne jur  
bargador a  
mo derrad  
ria, transe  
ria, o frag  
preferiu en  
de 1932 dur  
cionalista,  
ção a Ruy",  
ginas pela in  
"Ave! m  
tria, emble  
ra nobreza e  
sentimentos;  
ainda para  
múndios etér  
frangências d  
vina de teu  
de inspiração  
píritos a conv  
tria sem liber  
constituição qu  
to inapelável  
ma aos brasile  
tre um Ideal e  
punha a Ambi  
abraça o Ideal

## Asso Universid

CIMPEC-OEA  
do seus 150 anos  
Jillo, no Peru, reu  
versidades do E  
pais. Na ocasião,  
pírito de Conveni  
os reitores firm  
Trujillo, docum  
seu propósito de  
por na região.  
As metas cor  
uma Associação  
e a constituição d  
Educação Superio  
cooperação entre  
nemela, Colombia  
e Chile. O Com  
bem recebido nos  
região e já começ  
concretização dos  
no documento.